

Convite

V/ Ref:

N/ Ref:

Assunto: Consulta prévia para a formação do contrato de aquisição de **serviços de fiscalização e controlo da empreitada de Reabilitação das habitações devolutas 304, 338, 358, 363, 373 e 380 e correção de patologias exteriores dos volumes 1, 2, 3, 5 e 17 do Bairro S. João de Deus** – Convite para apresentação de proposta

Porto, 19 de fevereiro de 2025

A CMPH – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M., abreviadamente designada por Domus Social, E.M., promove o procedimento de formação do contrato de aquisição de **serviços de fiscalização e controlo da empreitada de Reabilitação das habitações devolutas 304, 338, 358, 363, 373 e 380 e a correção de patologias exteriores dos volumes 1, 2, 3, 5 e 17 do Bairro S. João de Deus**, por consulta prévia, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, convidando V. Ex.ª a apresentar proposta ao identificado procedimento, nos termos e condições infra estipuladas, com vista à celebração do contrato cujas prescrições se encontram consignadas no caderno de encargos.

Sem outro assunto de momento, apresentamos os melhores cumprimentos.

Artigo 1º.

(Identificação do concurso e da entidade adjudicante)

1. O presente convite regula o procedimento de contratação de «**Fiscalização e controlo da empreitada de reabilitação das habitações devolutas 304, 338, 358, 363, 373 e 380 e correção de patologias exteriores dos volumes 1, 2, 3, 5 e 17 do Bairro S. João de Deus**».

2. A presente contratação é promovida pela **CMPH – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M.**, abreviadamente designada por Domus Social, que se assume como entidade adjudicante.

3. A entidade adjudicante tem sede na Rua Monte dos Burgos, n.º 12, 4250-309 Porto, e oferece os contactos seguintes:

- a. Telefone: 228 330 000;
- b. Endereços eletrónico: geral@domussocial.pt.

Artigo 2º.

(Decisão de contratar)

A decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, foi tomada pelo Vogal do Conselho de Administração, no uso de competências delegadas, em 14 de fevereiro de 2025.

Artigo 3º.

(Tipo de procedimento)

1. A contratação é precedida pelo presente procedimento de consulta prévia, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, b) e 112.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O procedimento de consulta por consulta prévia foi escolhido ao abrigo do critério do valor, nos termos do disposto no artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 4º.

(Consulta preliminar)

Não foi realizada consulta preliminar ao mercado.

Artigo 5º.

(Entidades convidadas)

A proposta terá de ser apresentada pela entidade convidada, não podendo esta apresentar-se, com a proposta e para efeitos de execução do contrato, associada ou integrada em agrupamento com qualquer outra entidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 117.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 6º.

(Consulta e aquisição das peças do procedimento)

1. A carta-convite e o caderno de encargos, bem como os demais documentos que integram o presente procedimento, encontram-se patentes na página www.acingov.pt, e, em papel ou em formato eletrónico, na sede da entidade adjudicante, identificada no n.º 2 do artigo 1.º, onde podem ser consultados durante as horas de expediente, das 9h às 13h e das 14h às 18h, desde o dia da abertura do procedimento na plataforma eletrónica referida, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. Nas consultas não é permitida a reprodução por cópia, fotografia ou processo semelhante, de quaisquer documentos, nem neles fazer qualquer tipo de inscrição.

Artigo 7º.

(Esclarecimentos, retificações e alterações)

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelas entidades convidadas, por escrito, ao júri do procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

2. No prazo referido no número anterior, devem ainda as entidades convidadas apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.

3. O incumprimento dos deveres previstos nos números anteriores tem as consequências previstas no n.º 3 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, o júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados pelas entidades convidadas e o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se sobre os erros e omissões por estes identificados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites até ao final daquele prazo.

5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o órgão competente para a decisão de contratar, no mesmo prazo previsto no n.º 4, proceder oficiosamente à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, assim como prestar quaisquer esclarecimentos.

6. Os esclarecimentos, retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelas entidades convidadas devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrarem patentes para consulta, sendo todos as entidades convidadas que as tenham obtido imediatamente notificados deste facto.

7. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre esta em caso de divergência.

Artigo 8º.

(Inspeção do local dos trabalhos)

1. Até à data-limite para a apresentação das propostas, as entidades convidadas poderão inspecionar o local e nele efetuar todos os reconhecimentos e testes que entendam necessários à elaboração da sua proposta, tendo em consideração que o adjudicatário não poderá invocar o desconhecimento das condições do local, nomeadamente físicas e/ou estruturais, para se exonerar das suas responsabilidades.

2. As inspeções e os testes são da exclusiva conta e risco das entidades convidadas, competindo-lhes obter todas as autorizações ou licenças necessárias, bem como suportar todos os custos, indemnizações ou outros encargos daí eventualmente resultantes.

3. Os elementos disponibilizados pela entidade adjudicante, nomeadamente com as peças de concurso, são-no a título meramente indicativo e auxiliar, não sendo aquela entidade, de forma alguma, responsável pelas informações aí contidas, nomeadamente as respeitantes às condições locais.

Artigo 9º.

(Preço base)

1. O preço base do procedimento é o de **40.703,75 € (quarenta mil, setecentos e três euro e setenta e cinco cêntimos)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, o qual não se encontra sujeito à concorrência e se divide da seguinte forma:

- a. O valor de **32.982,50 € (trinta e dois mil, novecentos e oitenta e dois euros e cinquenta cêntimos)**, referente à prestação de serviços de fiscalização e acompanhamento do contrato de empreitada, pelo prazo contratual inicialmente previsto de **180 (cento e oitenta) dias**;
- b. O valor de **7.721,25 € (sete mil, setecentos e vinte e um euros e vinte e cinco cêntimos)**, referente a prorrogações de prazo que poderão resultar da eventual prorrogação do prazo de execução do contrato de empreitada.

2. Fixam-se, ainda, os seguintes preços base máximos mensais por técnico, os quais se encontram sujeitos à concorrência:

Cod.	Função	Preço Unitário
1	Diretor de Fiscalização	3.600,00 €
2	Fiscal de Construção Civil	2.650,00 €
4	Coordenador de Segurança e Saúde	2.950,00 €
5	Técnico de Segurança e Saúde	2.375,00 €

3. A violação dos parâmetros base indicados nos números anteriores implicam a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 10º.

(Documentos da proposta)

1. Em conformidade com o artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, as propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a. **Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, conforme o modelo constante do **Anexo I** ao presente convite;
- b. **Certidão Permanente ou código de acesso da mesma** referente à pessoa jurídica do Concorrente no caso de pessoas coletivas, ou a todas elas, no caso dos agrupamentos de pessoas coletivas;
- c. **Documento** que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, **contenha os atributos da proposta**, de acordo com os quais o Concorrente se dispõe a contratar:
 - i. **Proposta de preço**, com indicação dos preços unitários associados a cada um dos recursos humanos a afetar à execução dos serviços, conforme **Anexo II** ao presente convite;
- d. **Documentos que contenham os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência** pelo Caderno de Encargos, nomeadamente:
 - i. Declaração na qual o concorrente se vincule a afetar à execução do contrato os recursos humanos com os requisitos mínimos previstos na cláusula 38.ª do Caderno de Encargos, em conformidade com o **Anexo III** ao presente convite.

2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente, por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

3. Os documentos identificados nos números anteriores devem ser assinados pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 11º.

(Idioma dos documentos da proposta)

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 12º.

(Prazo de apresentação e manutenção das propostas)

1. Os documentos que constituem as propostas, indicados no artigo 10.º do presente convite, deverão ser entregues até às **23h59 do 15º dia** a contar do envio do convite.
2. O prazo de apresentação das propostas poderá ser prorrogado nos termos do artigo 64.º do CCP.
3. Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **66 (sessenta e seis) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, renovando-se por igual período caso os concorrentes, naquele prazo, nada requeiram em contrário.

Artigo 13º.

(Modo de apresentação das propostas)

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser diretamente apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, através do endereço www.acingov.pt.
2. No caso de a plataforma eletrónica prevista no número anterior se encontrar indisponível, os documentos da proposta devem ser apresentados através do endereço de correio eletrónico previsto na alínea b) n.º 3 do artigo 1.º do presente convite (geral@domussocial.pt).
3. As entidades convidadas devem prever o tempo necessário para a inserção da proposta e dos documentos que a acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõe.
4. A receção da proposta é registada com referência à data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico de receção.
5. O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos e do artigo 64.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, deverá observar os requisitos para os ficheiros das propostas, exigidos no presente convite, sob pena de exclusão da proposta.
6. O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá observar o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada.

7. No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os concorrentes devem proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8. A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos.

9. A assinatura de documentos agregados em PDF não dispensa a assinatura individual de cada um deles.

Artigo 14º.

(Critério de adjudicação)

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, densificado pelo fator preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar submetido à concorrência, nos termos da alínea b) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Concluída a análise das propostas e após a operacionalização do critério de adjudicação, a Entidade Adjudicante graduá-las-á por ordem decrescente de mérito para efeitos de adjudicação.

3. Será adjudicada a proposta que apresentar menor “valor ponderado”, por operacionalização da seguinte multiplicação:

$$Vp = Qt_1 * Pu_1 * P_1 + Qt_2 * Pu_2 * P_2 + Qt_n * Pu_n * P_n$$

No qual:

Vp corresponde ao valor ponderado

Qt_n corresponde à quantidade

Pu_n corresponde ao preço unitário de cada função

P_n corresponde à ponderação atribuída a cada função

4. Para efeitos de operacionalização do critério de adjudicação acima referido, serão consideradas as seguintes ponderações:

Cod.	Função	Ponderação (para efeitos de avaliação das propostas)
1	Diretor de Fiscalização	30 %
2	Fiscal de Construção Civil	25 %
3	Coordenador de Segurança e Saúde	30 %
4	Técnico de Segurança e Saúde	15 %

5. No caso de o mais baixo preço ser igual em mais de uma proposta, a adjudicação será efetuada àquela que evidenciar o mais baixo preço unitário do Diretor de Fiscalização.

6. Se, efetuada a operação indicada no número anterior, o empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo Júri, com a presença dos representantes de todos os Concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.

7. A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada às entidades convidadas com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

8. O Júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na dita sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os Concorrentes.

Artigo 15º.

(Proposta variante)

Não é admitida a apresentação de proposta(s) variante(s), considerando-se esta(s), nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, a(s) proposta(s) que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenha(m) atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

Artigo 16º.

(Preço anormalmente baixo)

Não foi fixado preço anormalmente baixo.

Artigo 17º.

(Negociação)

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 18º.

(Audiência prévia e adjudicação)

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
2. Os concorrentes têm 5 (cinco) dias após a notificação do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas para se pronunciarem sobre o mesmo.
3. Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes poderão, querendo, consultar todo o processo de contratação na sede da entidade adjudicante.

Artigo 19º.

(Habilitação)

Constitui requisito de habilitação do adjudicatário, sob pena de caducidade da adjudicação, a inexistência de qualquer impedimento, nos termos enunciados no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 20º.

(Documentos de habilitação)

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 3 (três) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sob cominação do prescrito no artigo 86.º, os seguintes documentos de habilitação:

- a. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo IV** ao presente convite (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos);
- b. Documentos comprovativos de que o concorrente não se encontra nas seguintes situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c. Documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, facultar à Entidade Adjudicante o respetivo código de acesso; em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
- d. Documento comprovativo da titularidade exigida para a prestação dos serviços em causa, relativamente ao diretor da fiscalização indicado, nos termos do disposto n.º 7 do artigo 4 da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua versão atual;
- e. Termo de responsabilidade emitido pelo diretor da fiscalização indicado, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua versão atual;

- f. Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil válido, nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua versão atual;
- g. Certificado PME do IAPMEI com respetiva permissão para consulta ou, em alternativa, documento que ateste a dimensão da empresa (micro, pequena, média ou grande).

2. O prazo para a apresentação dos documentos de habilitação, fixado no número anterior, pode ser prorrogado, por um período não superior a 5 (cinco) dias, por uma única vez, por solicitação expressa do Adjudicatário dirigida ao órgão competente para a decisão de contratar.

3. Caso o adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação, deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.

4. Fixa-se em 2 (dois) dias úteis o prazo para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos.

5. Os documentos identificados nos números anteriores devem ser assinados pelo Adjudicatário ou por representante que tenha poderes para o obrigar com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

6. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o Adjudicatário submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 21º.

(Caução)

1. O adjudicatário garantirá por caução, a prestar nos termos do disposto nos artigos 88.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, em valor correspondente a 5% do preço contratual, o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. Se o preço contratual vier a ser fixado em montante considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário corresponderá a 10% daquele preço.

3. Se o preço contratual vier a ser fixado em montante inferior a 500.000,00 € (quinhentos mil euros), a entidade adjudicante não exigirá ao adjudicatário a prestação de caução, caso em que a se procederá à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar a título de garantia do perfeito e tempestivo cumprimento do contrato.

4. A caução deverá ser prestada de acordo com o modelo que integra o **Anexo V** ao presente convite.

Artigo 22º.

(Comunicações)

1. Durante a fase de formação do contrato, todas as notificações e comunicações deverão ser efetuadas através da plataforma, nos termos do artigo 61.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

2. A comunicação de quaisquer infrações, nos termos da Lei n.º 93/2021 de 20 de dezembro, detetadas durante a fase de formação ou execução do contrato, deverão ser comunicadas através do canal de denúncias da Domus Social disponível em <https://www.domussocial.pt>.

Artigo 23º.

(Despesas e encargos)

Todas as despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 24º.

(Legislação aplicável)

Em tudo o omissa no presente programa do procedimento, observar-se-á o regime do Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁷... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁸ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo⁹:

a.

b.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código

dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura¹⁰].

ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇO

[a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 12.º do convite]

(Identificação do concorrente ou do seu representante), depois de ter tomado conhecimento do objeto da Consulta Prévia para a aquisição de **serviços de fiscalização e controlo da empreitada de Reabilitação das habitações devolutas 304, 338, 358, 363, 373 e 380 e correção de patologias exteriores dos volumes 1, 2, 3, 5 e 17 do Bairro S. João de Deus**, obriga-se a celebrar e a executar o contrato pelos seguintes preços unitários, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor, se legalmente devido, com referência à segunda casa decimal:

Cod.	Função	Preço Unitário
1	Diretor de Fiscalização	(...) €
2	Fiscal de Construção Civil	(...) €
3	Coordenador de Segurança e Saúde	(...) €
4	Técnico de Segurança e Saúde	(...) €

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE AFETAÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA

[a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 10.º do convite]

[●] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹⁴ [●] (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [●] (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada¹⁵ se obriga a afetar à execução do referido contrato, em conformidade com o previsto no Caderno de Encargos, a seguinte equipa técnica, com os seguintes requisitos mínimos:

1 Diretor/a de Fiscalização, com:

- Experiência igual ou superior a 5 (cinco) anos em funções similares em obras da mesma natureza e em obras públicas, em Portugal;
- Formação comprovada em contratação pública não inferior a 20h (vinte horas);
- A qualificação profissional exigida é aferida pela aplicação do regime jurídico aprovado pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 25/2018, de 14/06.

1 Fiscal de Construção Civil, com:

- Experiência igual ou superior a 5 (cinco) anos em funções similares e em obras da mesma natureza, habilitação mínima: Escolaridade obrigatória;

1 Coordenador/a de Segurança e Saúde, com:

- Experiência igual ou superior a 5 (cinco) anos em funções similares e em obras da mesma natureza e em obras públicas, em Portugal: habilitação mínima: licenciatura e CAP V;

1 Técnico/a de Segurança e Saúde, com:

- Com experiência igual ou superior a 4 (quatro) anos em funções similares e em obras da mesma natureza; habilitação mínima: licenciatura e CAP V;

[●] (local), [●] (data), [●] [assinatura].

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - [●] (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ¹ [●] (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de [●] (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - A declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ³] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁴ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos ⁵.

3 - A declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[●] (local), [●] (data), [●] [assinatura⁶].

¹ Aplicável apenas a adjudicatários que sejam pessoas coletivas;

² No caso de o adjudicatário ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»;

³ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso;

⁴ No caso de o adjudicatário ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»;

⁵ Não aplicável a adjudicatário que se encontre registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado;

⁶ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO V
MODELOS DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO
Modelo de caução - seguro caução

A companhia de seguros ..., com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ...¹⁶ e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a 5% do valor do contrato, destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a ...¹⁷ vai outorgar e que tem por objeto a ..., regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia no dia útil seguinte à primeira solicitação da ...¹⁸ sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor às ... quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

Data.

Assinaturas.

Modelo de caução - garantia bancária

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ...¹⁹, garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a 5% do valor do contrato, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a...²⁰ vai outorgar e que tem por objeto a ..., regulado nos termos da legislação aplicável, designadamente o Código dos Contratos Públicos.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da ...²¹, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável, mais concretamente o Código dos Contratos Públicos.

Data.

Assinaturas.

Modelo de caução - depósito

€ Vai ..., residente (ou com escritório) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição) a quantia de ... (por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por) ..., como caução exigida para o procedimento de, para os efeitos do n.º 2 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem de²², a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data.